

NOVO ENSINO MÉDIO? UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Nathália da Silva de Oliveira Peixoto

Orientadora: Maria Del Carmen Daher

Doutoranda

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo discutir a Reforma do Ensino Médio (EM), promovida por meio de Medida Provisória (MP 746/2016), pelo presidente Temer. As justificativas alegadas para essa mudança giram em torno de baixos índices obtidos em avaliações externas, como o Ideb e o Pisa. Primeiramente, fizemos um histórico sobre o surgimento do EM no Brasil. Em seguida, tratamos de forma breve os documentos nacionais que norteiam o trabalho do professor do EM, a saber: Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Posteriormente, apresentamos os principais pontos no texto final que altera a LDBEN 9394/96 e institui essas mudanças para o EM. É preciso esclarecer que nossa vinculação acadêmica considera saberes diversos e escolhas feitas pelo pesquisador. Inscreve-se na área dos estudos da linguagem, recorre a pressupostos teóricos da Análise do Discurso de base enunciativa e às categorias de prática discursiva (FOUCAULT, 2014) e discurso relatado (MAINGUENEAU, 1997; 2013). Conceitos estes que sustentam a análise de duas notícias de jornais de grande circulação, que abordam o fracasso da escola pública e defendem a reforma do EM com grande urgência.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino médio; medida provisória; discurso.

SOBRE O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

O Ensino Médio (EM) foi instituído no Brasil na época da chegada dos Jesuítas e esteve sob sua responsabilidade até sua expulsão, em 1759. Este ensino estava vinculado fortemente a preceitos religiosos do catolicismo, e se estruturava em nove anos, oferecendo estudos de Retórica, Humanidades, Gramática e Matemática. Destinava-se a uma minoria, à elite que podia ter acesso ao sistema educacional secundário.

Com a expulsão dos Jesuítas muitos estabelecimentos de ensino foram fechados. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, a preocupação com a formação das

elites dirigentes do território brasileiro ganha relevância. Em função disso, os Liceus foram criados com o objetivo de fornecer aos discentes conhecimentos necessários à admissão no Ensino Superior. A educação ainda apresentava um caráter seletivo, visto que seu principal objetivo era o de preparar as classes mais abastadas. Percebe-se que até então não havia um órgão governamental que regulasse a educação brasileira.

Somente na era Vargas, houve a criação do primeiro Ministério da Educação. De acordo com Pinto (2002),

[...] a era Vargas caracteriza-se também pela implantação do ensino profissionalizante, destinado “às classes menos favorecidas”, segundo a redação da Constituição Federal de 1937 (Art. 129) Implanta-se, então, um sistema dualista, convivendo lado a lado, um ensino médio propedêutico e outro profissionalizante. Contudo, apenas o primeiro permitia o acesso ao ensino superior (PINTO, 2002, p. 54).

Como podemos observar, mesmo tantos anos após a vinda família real, o acesso ao ensino superior ainda era vedado as classes trabalhadoras na primeira metade do século XX.

Com o golpe militar de 64, a organização do sistema educacional é marcada por uma grande mudança. O antigo primário passou a ter oito anos de duração criando o primeiro grau, obrigatório e gratuito nas redes públicas. Já o antigo colegial, transformou-se em segundo grau, com duração de três anos.

Segundo Pinto (2002), com a aprovação da nova Constituição Federal, de 1988, e com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, o sistema público de educação é marcado por uma grande ampliação, no entanto, os recursos financeiros não acompanharam esse crescimento. Com isso, a rede pública é esvaziada pela classe média. Cresce a procura pelas empresas de ensino na rede privada, “onde o ensino é visto tão-somente como uma mercadoria a ser vendida para um mercado restrito, mas ávido pelo ingresso no ensino superior e disposto a elevado sacrifício financeiro para tanto (PINTO, 2002, p. 56)”.

Como se pode perceber, o nível de ensino que hoje se denomina ensino médio foi construído como um ensino voltado para uma minoria, com o objetivo de preparação para ingresso no ensino superior. Na próxima seção, abordaremos os documentos que norteiam o trabalho do professor do EM.

OS DOCUMENTOS OFICIAIS PARA O ENSINO MÉDIO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN-EM), publicado em 1999, tem por objetivo “difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias” (BRASIL, 2000, p.4). Cabe ressaltar que este documento foi redigido após ampla discussão e mudança curricular do EM. Segundo a apresentação do próprio documento, “Tínhamos um ensino descontextualizado, compartimentalizado e baseado no acúmulo de informações” (BRASIL, 2000, p.4), resquícios de um passado baseado em memorização e desvinculado da realidade dos alunos.

Os PCN-EM, ao contrário, buscam “dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização; evitar a compartimentalização, mediante a interdisciplinaridade; e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender” (BRASIL, 2000, p.4).

No entanto, este documento sofreu inúmeras críticas devido ao modo pelo qual suas propostas eram apresentadas, perdendo, assim, a sua importância no âmbito educacional. Desta forma, houve a necessidade da elaboração de um novo documento, chamado: Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM).

As OCEM, publicadas em 2006, foram “elaboradas a partir de ampla discussão com as equipes técnicas dos Sistemas Estaduais de Educação, professores e alunos da rede pública e representantes da comunidade acadêmica” (Portal do MEC). De acordo com a apresentação, o documento tem por objetivo aprofundar as propostas dos documentos anteriores.

A demanda era pela retomada da discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, não só no sentido de aprofundar a compreensão sobre pontos que mereciam esclarecimentos, como também, de apontar e desenvolver indicativos que pudessem oferecer alternativas didático-pedagógicas para a organização do trabalho pedagógico, a fim de atender às necessidades e às expectativas das escolas e dos professores na estruturação do currículo para o ensino médio. (BRASIL, 2006, p. 8).

Outros temas relacionados ao uso das novas tecnologias, formação de cidadania e inclusão social foram incorporados às OCEM. Mesmo sob algumas críticas, é importante

destacar o papel fundamental das OCEM por preservar a autonomia do professor e promover o incentivo ao desenvolvimento do aluno como cidadão e sujeito crítico.

Este documento ainda se encontra como base norteadora para o trabalho com o EM, entretanto, o ano 2016 foi marcado por profundas e temerosas mudanças/pressões políticas, inclusive no cenário educacional brasileiro. E é sobre estas mudanças, mais especificamente a reforma do EM, que trataremos a seguir.

UM NOVO ENSINO MÉDIO?

Em 2016, o Brasil passou por uma profunda crise política. Foi arquitetado um grande golpe contra a presidente Dilma Rousseff, acusada, injustamente, de cometer crimes fiscais. Cabe ressaltar que sua inocência foi provada mais tarde.

O Governo Federal publicou em edição extra do Diário Oficial da União (23/09/2016) a Medida Provisória (MP 746/2016) que afirma ter por objetivo “reestruturar e flexibilizar” o Ensino Médio (EM) em todo país. O texto inicial da MP 746/2016 entre outras mudanças, propõe:

- Aumento da carga horária curricular;
- Ensino obrigatório de língua portuguesa, matemática e língua inglesa nos três anos do EM;
- Currículo composto por um itinerário formativo, a saber:
 - I - linguagens;
 - II - matemática;
 - III - ciências da natureza;
 - IV - ciências humanas; e
 - V - formação técnica e profissional.
- Profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação para atender.

A publicação da MP 746/2016, gerou tamanha revolta por parte de professores e alunos, visto que, uma Medida Provisória possui caráter de urgência. Não houve qualquer discussão acerca do assunto. Os profissionais da área não foram sequer consultados. A MP foi imposta pelo Governo e divulgada pela grande mídia como a única possibilidade de alterar o cenário atual do EM e melhorar o ensino público, que constantemente é apresentado nos noticiários como fracassado.

Houve grande movimentação por parte das instituições públicas de ensino, e como forma de protesto, muitas universidades e escolas foram ocupadas por alunos e professores, como podemos ver no trecho retirado da notícia a seguir:

educação

Estudantes ocupam cem escolas e professores aprovam greve no Paraná

RODRIGO MENEGAT
DE SÃO PAULO

11/10/2016 12h21

Compartilhar

Mais opções

"Nossa escola precisa de ajuda", lê-se em um cartaz fixado na porta de uma sala de aula na Escola Estadual Ana Divanir Boratto, em Ponta Grossa, cidade paranaense de pouco mais de 300 mil habitantes, a 117 km de Curitiba.

PUBLICIDADE

Essa é uma das mais de cem escolas ocupadas por estudantes no Paraná em ao menos 23 cidades, segundo levantamento do Movimento Ocupa Paraná. Eles protestam contra a medida provisória do governo Michel Temer (PMDB) que prevê a [reforma do ensino médio](#).

Folha de S. Paulo, 11/10/2016

Este movimento de ocupação mobilizou grande parte do Brasil. Houve confronto policial, embates e discussões. No entanto, a tramitação da MP do EM avançou e foi aprovada pelo Senado Federal, em 08 de Fevereiro de 2017.

A implantação da reforma do EM está vinculada a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O texto aprovado mantém as disciplinas de português, matemática como obrigatórias ao longo dos três anos. O currículo será dividido entre conteúdos comuns e específicos de acordo com o itinerário formativo escolhido. É

importante ressaltar que as escolas não serão obrigadas a ofertar todos os itinerários formativos, isto é, caso o aluno opte por um itinerário que não seja oferecido em uma escola próximo a sua residência, este deverá buscá-lo em outra unidade.

Com relação ao ensino de língua estrangeira (LE), o inglês é apontado no documento como a única língua obrigatória, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental (EF). Isto é, as demais línguas estrangeiras modernas possuem caráter optativo.

Tendo em vista o objetivo do presente artigo, nossa análise abordará duas reportagens de dois jornais de grande circulação: O Globo e Folha de S. Paulo (digital). Uma das notícias escolhidas marca como o EM foi avaliado considerando o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) antes da publicação da MP 746/2016 e a outra, apresenta a reforma do EM como urgente. O recorte feito busca observar se a mídia exerce alguma influência em nossa maneira de pensar e agir.

Os conceitos mobilizados para tal análise são: à noção de prática discursiva (FOUCAULT, 2014; MAINGUENEAU, 1997) e discurso relatado (MAINGUENEAU, 1997; 2013). A seguir, faremos uma discussão desses conceitos.

CONCEITOS TEÓRICOS NORTEADORES

Os conceitos que orientam esta pesquisa são advindos da Análise do Discurso (AD) Francesa de base enunciativa (MAINGUENEAU 1997, 2008a, 2008b, 2014). A AD é um campo que permite o diálogo entre outras ciências, e por este motivo, esse trabalho filia-se à noção de prática discursiva (FOUCAULT, 2014) e ao conceito de discurso relatado (MAINGUENEAU, 1997; 2013).

Para Foucault o discurso não é apenas o entrecruzamento de coisas e palavras. O autor observa, por meio de análises, que “os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas” vão se desfazendo, e “destaca-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva” (FOUCAULT, 2014, p. 60). Isto é, não há discurso desvinculado à prática de uma sociedade.

Maingueneau reitera esta afirmação e a reformula, dizendo não ser possível pensar que o funcionamento de uma sociedade seja exterior à produção de seu discurso. Deste modo, o autor define o conceito de prática discursiva e afirma que uma atividade

discursiva possui duas faces: a social e a textual. A noção de prática discursiva integra dois elementos: a formação discursiva e a comunidade discursiva.

O autor aponta que a comunidade discursiva “não remete unicamente aos grupos (instituições e relações entre agentes), mas também a tudo que estes grupos implicam no plano da organização material e modos de vida” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56). Já a formação discursiva está ligada a historicidade, ou seja, esta é atravessada por discursos anteriores.

Desta forma, podemos afirmar que o sujeito se inscreve de maneira indissociável em processos de organização social e textual. Os textos produzidos por uma determinada sociedade não são neutros, carregam e articulam as instituições que neles estão implicadas.

O conceito de discurso relatado (Maingueneau, 1997; 2013) trata dos “diversos modos de representação, no discurso, de falas que são atribuídas a instâncias outras que não a do locutor” (MAINGUENEAU, 1997, p. 85). Para Maingueneau, a citação ultrapassa as manifestações mais clássicas, que são: o discurso direto (aquele que cita faz menção às próprias palavras do enunciador citado), discurso indireto (faz uso das suas próprias palavras para citar o outro) e discurso indireto livre (a polifonia no discurso indireto livre não é a de duas vozes distintas, mas uma mistura de duas vozes) (MAINGUENEAU, 2013). O fenômeno da citação é bastante estudado pela AD, uma vez que é utilizado como fonte de autoridade de uma asserção. Ao invocar para o seu discurso uma outra voz, o enunciador busca a adesão e a confiança do seu coenunciador.

A seguir, analisaremos as reportagens articulando os conceitos vistos propostos.

EXISTE IMPARCIALIDADE NO DISCURSO JORNALÍSTICO?

A primeira notícia analisada é do jornal digital O Globo e foi publicada em 10 de setembro de 2016, na coluna de opinião. É assinada pelo editorial do jornal, isto é, por um grupo que normalmente compartilha da mesma opinião. Por isso, não é assinada por uma única pessoa.

A notícia traz o seguinte título:

Ideb sinaliza que reforma no ensino é inadiável

Indicadores de 2015 mostram um panorama negativo: praticamente todos os estados deixaram de alcançar as metas do MEC. Crise é mais acentuada no ciclo médio

POR EDITORIAL

10/09/2016 0:00



O Globo, 10/09/2016

O título traz como justificativa para a reforma do EM o Ideb, que de acordo com o site do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), tem por objetivo medir a qualidade do ensino nacional e estabelecer metas para melhoria da educação. Este cálculo é feito a partir do Censo Escolar e das médias obtidas em avaliações como o Saeb (Sistema de avaliação da Educação Básica), para os Estados e o País, e a Prova Brasil, para os municípios.

As provas externas causam grande polêmica no cenário educacional, uma vez que não possuem critérios de avaliação tão claros. No caso do Ideb, este vem sendo, ao longo dos anos, utilizado como meio de legitimar discursos políticos acerca do fracasso ou avanço da educação brasileira. No título da entrevista analisada, podemos observar que esta avaliação é usada pelo enunciador para ratificar que o ensino no Brasil foi mal avaliado, possui um “panorama negativo”. Além disso, ressalta que o problema é mais “acentuado do ciclo médio”, ou seja, a reforma da educação é urgente de acordo com os resultados obtidos pelo Ideb, principalmente no EM, onde se faz necessário a reforma.

Maingueneau aponta que o enunciador citado, no discurso relatado, aparece “como a autoridade que protege a asserção” (MAINGUENEAU, 1997, p. 86). E é justamente o que se verifica neste fragmento destacado. O enunciador recorre aos resultados do Ideb para legitimar seu discurso de que a reforma “é inadiável”.

O enunciador afirma que a nova edição do Ideb “surpreende e preocupa” pelos seus baixos números, como podemos observar abaixo:

Mais do que revelar números sinalizando que o ensino básico no Brasil continua patinando num perfil que vai da estagnação ao recuo em relação às metas estipuladas pelo Ministério da Educação, a nova edição do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) surpreende — e preocupa — por denotar que o país não só não reagiu aos indícios, substanciais, de degradação apontados em pesquisas anteriores, como mergulhou num panorama, como reconheceu o ministro Mendonça Filho, “absolutamente negativo”, em especial no ensino médio. Chegou-se, portanto, ao ponto em que não há alternativa para o poder público: é preciso cortar o ciclo vicioso da leniência e das políticas equivocadas que vem alimentando a deterioração.

O Globo, 10/09/2016

Além disso, o enunciador assevera que o ensino brasileiro “não só não reagiu aos indícios, substanciais, de degradação apontados em pesquisas anteriores” (grifo nosso), como utilizando-se das palavras do Ministro da Educação afirma que o panorama atual é “absolutamente negativo”.

Nesse fragmento, é interessante notar as escolhas lexicais feitas pelo enunciador para desqualificar o ensino público. Os resultados de 2013 não foram satisfatórios, apresentaram “indícios, substanciais, de degradação [...]”, e por este motivo, esperava-se uma melhora que não ocorreu. Mais uma vez, o Ideb é utilizado como pano de fundo para legitimar o fracasso da educação brasileira. Entretanto, ninguém busca saber em que condições essas provas são aplicadas nas escolas. É preciso lembrar que os testes aplicados, em larga escala, são padronizados, não levando em consideração as especificidades regionais brasileiras.

Ao final do fragmento citado, o enunciador é assertivo e afirma:

[...] Chegou-se, portanto, ao ponto em que não há alternativa para o poder público: é preciso cortar o ciclo vicioso da leniência e das políticas equivocadas que vem alimentando a deterioração (O Globo, 10/09/2016).

Não há mais saída para o ensino público brasileiro, é preciso reformar!

A partir dos dados apresentados, o enunciador declara que o ciclo que inspira mais cuidados é o Ensino Médio. “O ciclo que mais inspira preocupação é do ensino médio —

o que também não é novidade, haja vista que os sinais de deterioração vêm sendo constantes desde as últimas pesquisas” (O Globo, 10/09/2016). E desta maneira, aponta que o Brasil está diante de um desafio inadiável, principalmente no EM.

No trecho destacado a seguir, o enunciador afirma que o governo considera a hipótese de fazer a reforma do EM via MP, o que de fato veio a ocorrer.

O governo, com razão, aposta as fichas na aprovação do projeto de lei 6.840, que tramita na Câmara, com propostas como a divisão do currículo nas áreas de linguagem, matemática, ciências da natureza e humanas, além de formação profissional. Como há previsíveis entraves na pauta, o Planalto poderá considerar, pela urgência da matéria, a possibilidade de fazer a reforma por MP.

(O Globo, 10/09/2016)

Estava em tramitação na Câmara dos Deputados o projeto de lei (PL) 6.840, de 2013, que propunha fazer algumas mudanças no EM, como: ensino integral, alteração de currículo, etc. No entanto, após as discussões feitas, a mesa diretora da câmara dos deputados, votou pela inconstitucionalidade das alterações apresentadas e o PL foi arquivado. Entretanto, em 08 de Agosto de 2016 o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM), apresentou em caráter de urgência, um requerimento pedindo a alteração da LDB 3994/96, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências.

Não por coincidência, o Governo Federal lançou a Medida Provisória que trata da reforma do EM, em 22 de Setembro de 2016. Ou seja, nessa notícia o enunciador já antecipa o que estava por vir. Proclama o fracasso do ensino público com base em números, e em seguida argumenta a urgência da mudança por meio de MP.

A segunda notícia analisada é do jornal Folha de S. Paulo, publicada em 09 de Dezembro de 2016. Também faz parte da coluna de opinião e foi redigida pelo editorial do jornal. Cabe ressaltar que a notícia foi veiculada após o lançamento da MP do EM e traz como título a seguinte frase: “ Ensino Reprovado”.

Não é difícil imaginar a qual ensino o título se refere. Mais uma vez, o fracasso do ensino brasileiro é colocado em pauta. Desta vez, tendo como pano de fundo os resultados do Pisa¹.

O Brasil tem feito esforços na área educacional que não se traduzem em melhoria da qualidade do ensino médio e, por consequência, da aprendizagem dos jovens.

A mais recente evidência dessa defasagem foi expressa pelos resultados de 2015 do Pisa, exame aplicado a cada três anos pela OCDE (organização que reúne países desenvolvidos e alguns emergentes), divulgados nesta semana.

(Folha de S. Paulo, 09/12/2017)

O enunciador afirma que os esforços para melhorar a qualidade no EM não são satisfatórios, uma vez que os resultados do Pisa apontam para uma defasagem deste ciclo. O enunciador coloca em números a posição do Brasil após a divulgação dos resultados. Só não diz que os critérios de avaliação dessa prova externa são ainda obscuros para professores e alunos. De acordo com Oliveira (2015), o acesso aos critérios que são avaliados nesta prova, bem como as provas anteriores não são facilitados. A autora afirma ainda que por se tratar de um exame produzido em larga escala e internacional, as questões aplicadas aos alunos brasileiros são traduzidas, o que traz grande prejuízo para compreensão e desempenho dos alunos.

De acordo com Maingueneau (2013), em matéria de discurso citado, é importante atentar para a posição de quem cita e do destinatário. No caso da notícia analisada, temos um enunciador que fala para um grande público, visto que o jornal é de ampla circulação, no entanto, seu coenunciador é um público mais restrito, já que a Folha de S. Paulo não é um jornal popular. O coenunciador previsto pelo enunciador possui conhecimento acerca da “importância” dessas provas externas.

O enunciador faz algumas comparações com outros países em desenvolvimento, e aponta que o problema do ensino no Brasil não está no investimento (ou a falta de) que

¹O Programme for International Student Assessment (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. (Informações retiradas do site <http://portal.inep.gov.br> - acesso em 08 de agosto de 2017).

se faz na educação, como podemos observar neste fragmento: “Outros países latino-americanos, como México, Colômbia e Uruguai, conseguiram fazer seus estudantes avançarem mais que os brasileiros, gastando menos” (Folha de S. Paulo, 09/12/2017).

Ainda de acordo com os resultados do Pisa, países com menos investimentos do que o Brasil estão à nossa frente no *ranking*, por isso, o enunciador deduz que o problema está nas políticas educacionais do nosso país. Desta forma, o enunciador aponta que a reforma do EM é imprescindível e imprescindível.

A reforma do ensino médio, em tramitação na Câmara dos Deputados, embora encaminhada de maneira discutível, é um passo na direção correta, bem como a Base Nacional Comum Curricular, que deixa claros os objetivos e conhecimentos a serem alcançados a cada etapa (Folha de S. Paulo, 09/12/2017).

Como dissemos anteriormente, a reforma do EM feita por MP causou grande revolta no âmbito educacional, já que não houve nenhuma discussão entre a sociedade e especialistas da área. O enunciador reconhece que a medida tomada pelo Governo Federal não foi legítima, mas defende que a reforma “é um passo na direção correta”.

Ao final da notícia, como uma forma de amenizar as polêmicas, o enunciador se coloca na posição de quem entende que apenas a reforma do EM não dará conta de todos os problemas da educação brasileira. Assevera que uma outra solução é o investimento em medidas que “promovam o aprimoramento dos professores” (Folha de S. Paulo, 09/12/2017), e acrescenta:

Além de investir em reciclagem e continuar a valorizar a remuneração (cuja média se elevou, mas ainda não é a ideal), é preciso implementar um sistema de incentivos. Atingir metas de desempenho estabelecidas e avançar no aperfeiçoamento profissional são méritos que devem ser reconhecidos e premiados (Folha de S. Paulo, 09/12/2017 – grifo nosso).

Reciclagem foi um termo empregado para falar da formação continuada dos professores há alguns anos atrás. A palavra “reciclagem” é comumente usada para falar sobre o processo de conversão do lixo em materiais de potencial utilidade. Além disso, o enunciador afirma que é preciso ter um “sistema de incentivo” para aqueles profissionais que cumprem metas e fazem cursos de aperfeiçoamento. Ora, nos causa grande espanto as colocações do enunciador, uma vez que os docentes lutam para acabar com a

meritocracia nas escolas públicas. Sala de aula não é linha de produção. O professor não trabalha com números, está lidando com pessoas que carregam histórias totalmente diferentes umas das outras. O trabalho docente é complexo e não se limita a atingir metas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou observar como se constrói discursivamente a ideia de fracasso do ensino público, além disso, foi de nosso interesse mostrar como a notícia se estrutura a fim de legitimar o seu próprio discurso.

Para tanto, fizemos um breve histórico sobre o Ensino Médio no Brasil, tentando mostrar que desde sua implantação com os Jesuítas, a educação veio para atender as classes mais elevadas. Abordamos também, os documentos que norteiam a educação brasileira, mais especificamente, o EM. Documentos que priorizam o desenvolvimento integral do aluno, como sujeito social e crítico.

Além disso, mostramos como se iniciou a reforma do Ensino Médio, processo não democrático, instituída “de cima para baixo”, sem a menor preocupação em discutir o assunto com os maiores interessados: professores e alunos.

A partir das contribuições de Foucault (2014) e Maingueneau (1997; 2014) foi possível analisar as notícias veiculadas pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo acerca do fracasso do ensino público e da urgência da reforma no nível médio. Nossa análise mostrou que tanto o enunciador do O Globo, quanto o da Folha de S. Paulo legitimam seus discursos pautados nos resultados de avaliações externas que “medem” a qualidade da educação brasileira. Resultados que são contestáveis, uma vez que as aplicações dos testes e os critérios de avaliação não claros e definidos. Foi possível identificar também, que o baixo desempenho nessas avaliações serviu como respaldo para proclamar a rapidez que a reforma exigia.

Finalmente, podemos concluir que de fato a estrutura do currículo tanto do EF, quanto do EM precisam ser revistas, haja visto que as escolas ainda encontram dificuldade em articular os conteúdos e as disciplinas oferecidas. Entretanto, não é por meio de uma Medida Provisória que se faz uma mudança tão grande e profunda como essa. É preciso discutir, debater ideias para assim tentar chegar em algo que realmente faça sentido para professores e alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias – conhecimentos de línguas estrangeiras*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC / Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Brasília: MEC, 2000.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas/SP: Pontes, 1997.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2013.

OLIVEIRA, L. *Aprendendo a Ler o PISA: Avaliação ou Produção de Saberes?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

PAZ, F. M.; RAPHAEL, H. S. *O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas*. **Omnia Humanas**, v.3, n.1, p.7-30, 2010.

PINTO, J. M. de R. O Ensino Médio. In: OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. *Organização do Ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002.